

RESENHA

PERINI, M. A. (1995) *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Ática.

OS FUNDAMENTOS da *Gramática Descritiva do Português* foram lançados em 1985, ano em que a editora Ática publicou, dentro da Série Princípios, o livro *Para uma Nova Gramática do Português*. Nesse livro, Mário Alberto Perini, professor de Lingüística da Universidade Federal de Minas Gerais, apontava para a necessidade de se elaborar uma nova gramática do português, no momento em que a “crítica da gramática tradicional” conquistava o seu lugar nos cursos de Letras. A responsabilidade pela elaboração dessa nova gramática deveria recair, afirmava Perini, sobre os pesquisadores das áreas de Lingüística e de Língua Portuguesa das nossas universidades.

Um dos pioneiros da divulgação da sintaxe gerativa no Brasil, o professor Perini publicou, ainda na segunda metade da década de 70, duas obras importantes no contexto dos estudos da língua portuguesa: *A Gramática Gerativa* (1976) e *Gramática do Infinitivo Português* (1977). Essas obras, que circularam durante algum tempo nos meios acadêmicos de Letras e Lingüística, apontavam caminhos de análise do português que passaram a se consolidar na linha de trabalho que hoje é predominante inspirada nas concepções lingüísticas de N. Chomsky. Mais tarde, já em fins da década de 80, Perini lança um outro trabalho, ainda voltado para o leitor especializado: *Sintaxe Portuguesa; metodologia e funções* (1989). Nesse livro, ao apresentar as bases teóricas e metodológicas da futura gramática, ele se mostra convencido da necessidade de trabalhar apenas com as estruturas superficiais da língua, como forma de se alcançar uma amplitude suficiente capaz de permitir a abordagem de uma língua no seu todo. O trabalho de Perini, naquele momento, afastava-se das principais teses elaboradas pela linha gerativista, embora tenha mantido a perspectiva formal de análise.

E é justamente o desenvolvimento dessa perspectiva formal do fato lingüístico, combinado com a tentativa de imprimir novas atitudes no domínio tradicional dos estudos de língua portuguesa, que constituem a tônica do trabalho de Perini, na *Gramática Descritiva do Português*.

Tanto o predomínio da sintaxe formal quanto essa postura inovadora de trabalho com a gramática estão refletidas na própria composição do conteúdo do livro. A parte referente à *sintaxe* é amplamente dominante em relação às outras duas, dedicadas à análise: *semântica* e *lexicologia*. Na verdade, ela ocupa a metade de todo o espaço físico do livro. Por outro lado, o prefácio e a primeira parte dedicam um espaço considerável à discussão sobre a própria fisionomia do trabalho, a saber, os objetivos, a metodologia de estudo gramatical, o conceito de fato lingüístico e a variedade de língua considerada na análise.

A obra é iniciada com um prefácio no qual o autor apresenta os problemas mais relevantes das gramáticas em uso no contexto do ensino de português, condenando a larga distância hoje existente entre os estudos lingüísticos desenvolvidos nas universidades e a doutrina gramatical arcaica apresentada aos alunos das nossas escolas. Ainda no prefácio, ele apresenta a sua gramática como uma contribuição para a reformulação do ensino gramatical no Brasil. Aquilo que Perini denomina de “atitude nova frente ao estudo da gramática” já aparece no prefácio de uma forma explícita no momento em que ele aponta como objetivo do livro discutir pontos relativamente bem compreendidos da língua e ao mesmo tempo identificar problemas a estudar. Trata-se de uma gramática, portanto, que se apresenta como reflexo de um determinado perfil do conhecimento da língua; ao mesmo tempo, ela mostra sua fragilidade em determinados domínios e aspectos. Essa perspectiva de trabalho, que aproxima a gramática de um relatório de pesquisa, é nada usual nas gramáticas da língua portuguesa.

Na primeira parte do livro, denominada “Preliminares”, há que se destacar, primeiramente, a postura do autor frente aos próprios objetivos do ensino de gramática na escola. Nesse aspecto, ele não crê na eficácia dos estudos de gramática para a melhoria da capacidade de leitura e escrita em língua materna. Mas isso não tornaria “inútil” o ensino de gramática. No seu entender, ela é parte da “formação científica” dos alunos, uma vez que trata da “descrição, interpretação e

compreensão de um aspecto do universo social que nos cerca” (p. 32). A gramática, segundo ele, é um corpo de conhecimentos em constante revisão, um conjunto de hipóteses, mais ou menos bem fundamentadas. Nas suas palavras, “o mínimo que se pode fazer é conhecer a argumentação que está por trás da descrição proposta; sem isso, não se está estudando gramática. Em outras palavras, não se pode **estudar** gramática sem ao mesmo tempo **fazer** gramática.” (idem). Essa posição, sem dúvida, evoca uma perspectiva de trabalho que deveria estar presente nos horizontes de quem trabalha com o ensino de língua materna, principalmente os nossos professores de 1º e 2º graus.

Ainda na primeira parte, especificamente no segundo capítulo, Perini apresenta a metodologia de estudo da língua utilizada na *Gramática* e descreve os componentes de uma descrição gramatical. Quando trata da diferença entre forma e significado, o autor aponta o formal e o semântico como dois pontos de vista a partir dos quais se pode estudar uma unidade lingüística. Essa separação aparece como reflexo da separação radical entre sintaxe e semântica, que ele defende de forma categórica em toda a obra. No entanto, essa defesa se sustenta numa visão de semântica que está muito aquém do estado em que se encontram os estudos nessa área. No sentido de mostrar a diferença entre uma informação de caráter formal e uma informação de caráter semântico, Perini analisa o enunciado “Joanita plantou jerimum no jardim”. Uma informação que diz respeito à forma é a de que *Joanita* mantém uma relação de concordância com *plantou*, uma vez que ambas as unidades são termos de terceira pessoa, consideradas no singular. Por outro lado, as afirmações de caráter semântico que segundo Perini se aplicariam ao mesmo enunciado seriam os seguintes: “*Joanita*, ao que tudo indica, seria uma pessoa do sexo feminino. Se tivéssemos *Ricardo*, seria uma pessoa do sexo masculino; e, se tivéssemos *minhas tias*, seriam várias pessoas. Outra observação é que *plantou* exprime uma ação, e *Joanita* exprime a pessoa que praticou essa ação (o **agente** da ação).” (p. 39). Ora, o conceito de significação que sobressai dessa análise está ancorado numa visão “plana” da relação entre a linguagem e o “mundo extralingüístico”. Conceber o significado de uma unidade lingüística dessa perspectiva seria exigir muito pouco da semântica. O leitor que não passou por uma iniciação nessa área poderá tomar a semântica simplesmente como um conjunto daquilo que se pode dizer acerca do “conteúdo” das unidades lingüísticas.

Dentre os componentes que, na perspectiva de Perini, compõem uma gramática (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica), a *Gramática Descritiva do Português* restringe-se à análise dos fatos sintáticos (parte 2) e semânticos (parte 3). O estudo das classes de palavras está incluído nos dois capítulos referentes à Lexicologia (parte 4). As ausências da fonologia e da morfologia são reconhecidas pelo autor e prometidas para uma outra edição da *Gramática*. Quanto aos outros campos de estudo da língua, Perini considera a **análise do discurso** e a **pragmática** como “disciplinas especiais” (p. 57), uma vez que, no seu entender, elas tratam das situações anafóricas, isto é, da inserção das unidades lingüísticas dentro de contextos lingüísticos e extralingüísticos. O estudo gramatical para Perini se faz geralmente considerando apenas situações não-anafóricas. Ora, uma posição como essa, em que se procura configurar o fato lingüístico a partir dos traços formais, isolando a sintaxe dos estudos sobre a enunciação, no seu mais amplo sentido, traz algumas dificuldades para uma análise sintática “de superfície”, como veremos a seguir, quando apresentarmos o tratamento que Perini dispensa à transitividade e às classes de palavras.

A segunda parte do livro apresenta a análise sintática do português e abrange os capítulos de 3 a 8. O capítulo 3 trata da “oração simples”. Nele, após discutir os conceitos de frase e de oração, Perini apresenta as funções sintáticas do português. O conceito de “sujeito”, enquanto função gramatical, provoca um deslocamento significativo em relação à sintaxe tradicional. Nas palavras do autor, “a função de sujeito é um dos aspectos da organização formal da oração, e não um dos aspectos da mensagem veiculada pela oração”¹ (p. 77-78). Nesse sentido, o que define o sujeito, para Perini, é a propriedade “estar em relação de concordância com o núcleo do predicado (NdP)”. Tal propriedade, na perspectiva formal, é um traço que o constituinte tem na oração. Cada traço, dessa forma, exprime um aspecto do comportamento sintático do constituinte. Tal posição leva o autor a considerar um enunciado como “Vendi meu jogo” (p. 78) como oração sem sujeito; em “Eu vendi meu jogo”, por outro lado, o sujeito é o pronome “Eu”. Como se vê, a presença ou ausência de um constituinte adquire um alto grau de importância para uma análise formal de superfície; e, da mesma forma, produz um alto grau de risco quando se busca uma análise que não se distancie muito da linha de estudos convencionais do português, como planejou o próprio Perini.

O capítulo 4 trata da composição do sintagma, especificamente o

nominal, o adverbial e o sintagma adjetivo. O capítulo termina com uma discussão bastante sucinta sobre a diferença entre complementos e adjuntos e sobre o aposto e os parentéticos.

O capítulo 5 aborda a “oração complexa”. Nele estão as discussões sobre a diferença entre subordinação e coordenação, bem como a apresentação dos conceitos de recursividade e de construção relativa. Trata-se, no seu todo, de um capítulo bem fundamentado, em que o autor aproveita ao máximo os conceitos teórico-metodológicos apresentados na primeira parte do livro, notadamente a clivagem, a topicalização, etc.

Os capítulos 7 e 8, que tratam, respectivamente, dos sistemas de correspondência entre unidades do português e da ordem dos termos na oração, também se mostram bem estruturados quando tratam dos fenômenos da anteposição de elementos, movimento de clíticos e topicalização.

A argumentação desenvolvida no decorrer da análise nesses três capítulos nos revela que esse é o campo de trabalho que produziu os melhores resultados, tendo em vista o conjunto da *Gramática*.

O capítulo 6, que aborda a transitividade, a regência e a concordância, traz uma crítica pertinente da classificação tradicional dos verbos quanto à transitividade, como também uma boa reflexão sobre o infinitivo flexionado. No entanto, a proposta de trabalho fundamentada em traços formais esbarra em dificuldades quando dirigida à transitividade verbal. A base do tratamento da transitividade, como aparece na *Gramática Descritiva do Português*, está na idéia de que o verbo tem a propriedade de estipular os traços da estrutura em que ocorre. Essa seria uma informação do verbo “em estado de dicionário”, nos termos de Perini. Dessa forma, um verbo é classificado como transitivo quando comporta um traço de exigência de objeto [EX-OD]. A agramaticalidade do enunciado (b) abaixo seria, no entender de Perini, uma prova de que o verbo FAZER é um desses verbos (p. 163).

(a) Evaristo faz lindas cortinas

(b) *Evaristo faz

A alusão a esse traço do verbo “fazer” pode ser encontrada em pelo

menos duas outras páginas do livro (p. 57 e p. 120). No entanto, não é difícil encontrarmos exemplos em que esse verbo aparece em enunciados sem objeto, em situações não-anafóricas:

(c) Pedro é gente que faz.

(d) Esse prefeito rouba, mas faz.

(e) “Omo faz, Omo mostra”.

Também não é raro encontrarmos outros verbos, aparentemente considerados transitivos, tendo em vista uma análise formal, empregados sem complemento, em construções semelhantes a (c), (d) e (e). O que se pode perceber é que uma análise de superfície, fundamentada em traços formais, novamente mostra-se frágil frente à complexidade do fenômeno. Tudo indica que a semântica tem um papel muito mais denso do que aquele de operar na correlação com as “informações sintáticas”, como quer Perini.

A semântica aparece justamente na terceira parte do livro, onde Perini distingue significado “oriundo da interpretação das estruturas e dos itens léxicos” de significado “que provém do conhecimento que o falante tem de fatores extralingüísticos”. O primeiro ele chama de *significado literal* e o segundo ele chama de *significado final*. Perini reconhece que esta posição é polêmica nos estudos sobre a significação, mas insiste em mantê-la por uma “necessidade prática”. Assim, ele trabalha tão somente com o “significado literal”, como resultado da aplicação de regras de interpretação às formas lingüísticas (p. 241-243). É com base nesse princípio que, nos capítulos 10 e 11 da terceira parte, Perini formula hipóteses sobre a interpretação de fenômenos como as estruturas passivas, anáfora e elipse.

A quarta parte trata da lexicologia, especificamente, da classificação de palavras, com um pequeno espaço reservado a uma discussão mais ampla sobre o léxico, no último capítulo. No primeiro capítulo da parte em questão (capítulo 12), Perini apresenta as razões para a classificação, o método de classificação de palavras empregado, bem como a diferença entre classes fechadas e classes abertas. O capítulo 13 os conceitos de verbo, substantivo, adjetivo, conectivos e advérbio. Dentre essas, a classe dos verbos é aquela que recebe o melhor tratamento na Gramática, uma vez que o vocábulo verbal pode ser facilmente reconhecido pela riqueza de traços de ordem

morfológica. O mesmo não pode ser dito dos substantivos e adjetivos. Existem alguns adjetivos que fogem a qualquer tentativa de estabelecimento de uma matriz de traços suficiente para a identificação plena de uma classe (trata-se de adjetivos denominados “sincategoremáticos”, como *mero*, *pretense*, *simples*, etc). Além disso, a diferença entre substantivo e adjetivo está, em última análise, centrada unicamente no traço relativo à possibilidade de ocorrência do termo na posição predicativa e na posição de modificador, fato que contribui para a fragilidade da diferença entre as duas classes. Em última análise, a proposta de classificação de Perini aponta para a formulação de um quadro de classificação das palavras muito diferente daquele em que se situam as dez classes propostas pela gramática tradicional. Como o próprio Perini reconhece, há muito o que avançar para chegarmos a uma classificação coerente das categorias lexicais do português.

Finalmente, há que se ressaltar a presença, na *Gramática Descritiva do Português*, de uma seção, localizada após o término do último capítulo, denominada “Quadros”. Nela, o autor discute questões específicas, que não foram suficientemente exploradas no corpo do trabalho, como as noções de correspondência, de agente e intencionalidade, e de orações sem sujeito, além de algumas considerações sobre a semântica do predeterminante e sobre a referência pronominal.

A *Gramática Descritiva do Português*, é considerada, pelo próprio autor, uma obra a ser colocada em função do ensino da língua materna, mesmo que não seja ainda para ser utilizada como material didático em sala de aula. Tendo em vista a perspectiva de formação do professor, podemos dizer que ela tenta se instalar num meio fortemente dominado por um imaginário no qual o padrão de gramática está centrado, em última análise, nas regras de cunho normativo. Tendo em vista esse mesmo imaginário de gramática, boa parte dos professores de português das nossas escolas, e mesmo nossos alunos de Letras, tenderiam a procurar numa nova gramática as mesmas categorias, embora renovadas na linguagem, presentes na gramática tradicional.

É certo que a *Gramática* de Perini deverá ser recebida como inovadora. No entanto, há que se trabalhar com esse imaginário de gramática, que tende a sobrepor o estranhamento na inovação, com a

consequente rejeição, antes mesmo de uma análise mais apurada da obra. Um exemplo desse “estranhamento” poderia estar na própria terminologia empregada pelo autor para designar categorias e funções. Ao utilizar o termo “adjetivo”, tendo em vista um conjunto de traços formais, Perini estaria designando o mesmo objeto da gramática tradicional? Para que uma análise fundamentada em traços sintáticos possa ser levada às suas últimas conseqüências, há que se “destituir” noções como “sujeito” e “objeto”, por exemplo, das posições que ocupam na gramática tradicional. Essas noções, numa análise formal de superfície sintática, perdem o valor absoluto que ocupam na análise tradicional. Quando se emprega a palavra “sujeito”, nessa perspectiva formal, há necessariamente um choque entre a “memória” do seu emprego na análise tradicional e uma concepção que submete o conceito a uma relação entre categorias morfossintáticas.

A *Gramática* de Perini tem o mérito de mostrar com bastante clareza que a produção de uma gramática é fruto de uma pesquisa, e que ela necessariamente é recortada pela perspectiva teórica do seu autor. Com efeito, ela apresenta um ponto de vista explícito sobre o que seja uma língua e sobre a metodologia utilizada para o seu estudo. E por refletir um “estado” das pesquisas em gramática, é de se esperar que várias edições sejam ainda editadas pelo autor e/ou por sua equipe. A reformulação, a atualização, devem ser incorporadas à agenda dos que pensam o estudo e o ensino de gramática.

O aparecimento da *Gramática Descritiva do Português* vem atender a uma urgente necessidade de renovação dos estudos de língua materna na escola. Essa gramática nos ensina que abrir novas fronteiras e formular com clareza nossos pontos de vista são caminhos promissores no sentido dessa renovação. Ela certamente ocupará um lugar importante na história das reflexões sobre a língua portuguesa no Brasil.

Luiz Francisco Dias
Universidade Federal da Paraíba

Nota

¹. A grande maioria das gramáticas tradicionais definem sujeito como “o termo sobre o qual se faz uma declaração”.

APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os artigos recebidos por *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* serão submetidos a parecer, cabendo a decisão final sobre a sua publicação ao Comitê Editorial.

2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo (no máximo de 600 toques), em português, inglês e francês.

3. recomenda-se que os artigos não ultrapassem 20 laudas.

4. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* aceita contribuições, também, para a seção *Crônicas e Controvérsias*.

5. Os textos devem ser apresentados em três cópias impressas, acompanhadas de uma cópia em disquete de micro-computador IBM PC ou compatível, no programa word for windows 2.0 ou 6.0, com a seguinte diagramação:

TÍTULO: centralizado, letra maiúscula, negrito, corpo 14, estilo *times new roman*, espaçamento simples com 3 parágrafos antes e 2 depois.

TEXTO: alinhamento justificado com recuo de 0,5 cm na primeira linha, letra corpo 11, estilo *times new roman*, espaçamento simples.

NOTAS: serão inseridas no corpo do texto como notas de rodapé. Corpo 10 para o texto da nota.

BIBLIOGRAFIA: ao final do artigo, com sobrenome do autor, nome do autor, ano da publicação entre parênteses, título da obra em itálico (se for artigo colocar antes do nome da obra entre aspas), local da publicação e editora.

Endereço:

Eduardo Guimarães/Eni Orlandi

Departamento de Lingüística

Instituto de Estudos da Linguagem- Unicamp

Caixa Postal 6045

13081-970 Campinas - São Paulo - Brasil